



DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Segunda-feira, 23 de Setembro de 2024 - Edição nº5171

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003
Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321- Maputo - Moçambique
Telefone: 844719596 ou 875431598
E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

EDITORIAL

Partido-Estado!

Os recentes pro-nunciamentos do can-didato da Frelimo à Presidência da República (de que os hospitais pertencem à Frelimo) são um exemplo eloquente de que os cama-radas adonaram-se do bem

HÁ RELATOS DE QUE VÁRIOS JIHADISTAS FORAM ABATIDOS

Força conjunta destrói esconderijo de terroristas

(Maputo) O exérci-to moçambicano e a força ruandesa que apoia o país no combate ao terrorismo em Cabo Delgado destruíram um esconderijo de terroristas no posto administrativo de Quiterajo, no distrito de Macomia, disseram este sábado fontes locais.

A operação começou por volta das 17:00 de terça-feira, após a força conjunta identificar um esconderijo do grupo armado no interior do posto administrativo de Quiterajo, a quase 70 quilómetros da sede distrital de Macomia.

“Houve destruição: os

nossos militares e nossos amigos do Ruanda estavam no terreno e os terroristas saíram em debandada”, disse, a partir da sede distrital de Macomia, uma fonte da força local. Na mesma operação, acrescentou a fonte, foram abatidos vários terroristas e recuperado diverso material bélico usado pelos rebeldes nas suas incursões.

“Houve mortes, não sei de quantos terroristas, mas, pela dimensão do fogo, acredito ser um número significativo” acrescentou a mesma fonte, avançando que os rebeldes que conseguiram fugir deambulam agora pelas matas, sobretudo numa zona designada Namarrussia.

Alguns camponeses que traba-lham na zona de Namigure disseram

que, nos últimos dias, há movimenta-ção constante de blindados e homens armados no troço Macomia - Mucojo.

Desde o início de Agosto, dife-rentes fontes no terreno, incluindo a força local, têm relatado confrontos intensos entre a missão militar conjunta e os insurgentes nas matas do posto administrativo de Mucojo (Macomia), envolvendo helicópteros, blindados e homens fortemente armados, com rela-tos de tiroteios em locais considerados como esconderijos destes grupos.

A província de Cabo Delgado, rica em gás, enfrenta, desde 2017, uma rebelião armada com ataques re-clamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico.

(Redacção) Publicidade

AVISO

Renovação de assinaturas para 2024

A direção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (DN)*, informa que está aberta para novas subscrições e renova-ção de assinaturas para o ano 2024. Por favor contactar através do e-mail diariodenoticias@tv cabo.co.mz ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 820720400.

Atenciosamente
Sector Comercial

público. Contrariamente às opiniões que circulam nas redes sociais, nós somos da opinião que Daniel Chapo não falhou ao dizer o que disse, ou seja, não foi por falta de conhecimento. Disse o que todos os frelimistas pensam. Talvez o seu erro foi ter dito em voz alta e publicamente.

Há muito que a Frelimo vem dando sinais de que não gosta de intrusos exteriores que perturbem a sua extensa zona de conforto. As eleições são uma imposição exterior. Se dependesse da Frelimo o País estaria como estava na Primeira República. É por isso que cada ciclo eleitoral nada é do que um ritual para os camaradas se legitimarem no poder.

E é isto que trava o desenvolvimento do País. O partido-Estado e a constelação de poderes que lhe está subjacente fazem ruir qualquer tentativa que procure responder aos problemas estruturais da sociedade moçambicana. Não é por acaso que a Frelimo não se deixa ser escrutinada pelo povo que diz servir. Sente-se dona de Moçambique e dos moçambi-

canos. É como se o ar que os moçambicanos respiram fosse providenciado pelos camaradas, os quais, por qualquer descontentamento, podem tira-lo ou dosear aos prevaricadores que, na sua maioria, são os que não rezam segundo a cartilha dos camaradas.

Esta situação- a partidari-zação asfixiante do Estado- só poderia ser evitada apenas por uma sociedade civil forte, mas, para o nosso azar, Moçambique não tem, nem nunca teve, tal sociedade civil. Mesmo pequenos passos na tentativa de, pelo menos, desacelerar a degradação das instituições acabaram por ceder à lógica implacável da Frelimo. Portanto, o caciquismo que se assiste é fruto das nossas fragilidades enquanto País e da perturbadora tendência de banalizar o mal. A verdade é que é vergonhosa e ultrajante esta colonização da administração pública e o sector empresarial do Estado pela Frelimo.

Contudo, por complacência, podemos dizer isto a Daniel Chapo: é comum e indevido confundir o Estado com o Governo. O Estado é toda a sociedade política, incluindo

o Governo. O Governo é principalmente identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado. O Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária. O Governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e económicos da sociedade, e de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção.

Assim, Governo também não se confunde com o poder executivo, este é composto pelo Governo, responsável pela direcção política do Estado, e pela administração, como conjunto técnico e burocrático que auxilia o Governo e faz funcionar a máquina pública. A administração pública dá execução às decisões do Governo. Na pós-modernidade as funções do Estado continuam as mesmas, até mesmo o pragmatismo da sua separação é aceite, entretanto no limite da sua eficiência, e não na necessidade de garantir um Estado Democrático e de Direito. (Laurindos Macuácuá)

MOCÍMBOA DA PRAIA

Reforçada vigilância durante a madrugada

(Maputo) As autoridades municipais de Mocímboa da Praia reforçaram a segurança desde à meia-noite de ontem, uma acção que prevê “restrições” de circulação para “manter a vigilância”, anunciou a autarca local.

“Não é bem um recolher obrigatório, porque circulamos, é uma restrição, uma forma de segurança para podermos manter a vigilância por causa

da situação que já tivemos nos anos passados”, declarou Helena Bandeira, presidente da vila de Mocímboa da Praia.

A medida visa travar “circulações estranhas nocturnas” que preocupam as autoridades em Mocímboa da Praia, explicou a autarca.

“Há circulações estranhas nocturnas e isso deixa-nos preocupados. São motas e viaturas estranhas que circu-

lam, sobretudo durante a madrugada”, acrescentou Helena Bandeira.

Desde o início de Agosto, existem relatos de confrontos intensos nas matas do posto administrativo de Mucojo, distrito de Macomia, a quase 100 quilómetros de Mocímboa da Praia, envolvendo helicópteros, blindados e homens fortemente armados, com re-

⇒

ferências a tiroteios em locais considerados como esconderijos destes grupos.

A vila costeira, sede do distrito, foi onde grupos armados protagonizaram o seu primeiro ataque em Outubro de 2017. Por muito tempo, o local foi descrito como a “base” dos rebeldes.

Após meses nas mãos de rebeldes, Mocímboa da Praia foi saqueada e quase todas as infra-estruturas públicas e privadas foram destruídas,

bem como os sistemas de energia, água, comunicações e hospitais.

Após os primeiros sinais de estabilização da segurança, nos últimos anos, foi também um dos pontos prioritários para recuperação de infra-estruturas.

Na altura, as autoridades estimaram que cerca de 62 mil pessoas abandonaram a vila costeira devido ao conflito, com destaque para as fugas em massa que ocorreram após

a intensificação das acções rebeldes, em Junho de 2020.

Mocímboa da Praia está situada 70 quilómetros a sul da área de construção do projecto de exploração de gás natural, em Afungi, Palma, liderado pela TotalEnergies.

Desde Outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, rica em gás, enfrenta uma rebelião armada com ataques reclamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico. **(Redacção)**

79.ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

PR diz que “Pacto para o Futuro” responde a gerações actuais e futuras

(Maputo) O Presidente da República, Filipe Nyusi, considerou ontem, na ONU, que a adopção do “Pacto para o Futuro” representa uma resposta às necessidades das actuais e futuras gerações, esperando um impulso no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento (ODS).

“Com o `Pacto para o Futuro`, que hoje adoptamos, criamos bases seguras para responder às necessidades e interesses de gerações presentes e futuras”, afirmou Nyusi, ao intervir no diálogo interactivo “Reforçar o multilateralismo para a paz e segurança internacionais”, durante a “Cimeira do Futuro”, que decorre em Nova Iorque.

Os Estados-membros das Nações Unidas (ONU) comprometeram-se ontem a traçar “um futuro melhor” para a humanidade afectada pelas guerras, pela pobreza e pelo aquecimento global, apesar da oposição de alguns países, incluindo da Rússia, à adopção deste acordo.

Em causa está o “Pacto para o Futuro”, adoptado ontem

em Nova Iorque no arranque da “Cimeira do Futuro”, um evento projectado pelo secretário-geral da ONU em 2021 e apresentado como uma “oportunidade única” para mudar o curso da história.

Depois de duras negociações até ao último minuto, a Rússia manifestou ontem a sua oposição ao texto, sem, no entanto, impedir a sua adopção por consenso.

Na sua intervenção no mesmo painel, em que participaram vários chefes de Estado, Filipe Nyusi afirmou que esta Cimeira, que decorre até hoje, segunda-feira, no âmbito da 79.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, é igualmente “uma plataforma propícia para galvanizar o alcance das metas dos ODS”.

“Seis anos antes do prazo, de 2030, apenas 17% das metas traçadas tinham avançado significativamente”, observou Nyusi.

Abordando os progressos de Moçambique nesta matéria, o chefe de Estado acrescentou que, em 2020, o país “apresentou o primeiro relatório de

revisão nacional voluntária”, o qual “constatou progressos significativos” em domínios como acesso à água potável, expansão do acesso à energia eléctrica, expansão e melhoria de acesso à Justiça, na retenção das raparigas na escola e na sustentabilidade dos oceanos através de iniciativas de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

“As crises globais que vivemos impelem-nos a reforçar o multilateralismo assente numa agenda comum de cooperação, colaboração, solidariedade, diálogo e confiança mútua. Urge também reformar o sistema de segurança colectiva para melhor solucionar os conflitos que assolam o mundo, recorrendo à diplomacia preventiva, mediação bons ofícios do secretário-geral, minimizando confrontos entre Estados”, disse ainda Nyusi.

No “Pacto para o Futuro”, ontem adoptado, os líderes comprometem-se a fortalecer o sistema multilateral “para acompanhar um mundo em mudança” e “proteger as necessi-

⇒

dades e interesses das gerações atuais e futuras” ameaçadas por “crises contínuas”.

“Acreditamos que existe um caminho para um futuro melhor para toda a humanidade”, é referido no texto.

O Pacto apresenta, em mais de 20 páginas, 56 acções em áreas que vão desde a importância do multilateralismo ao respeito pela Carta da ONU e

à manutenção da paz, desde a reforma das instituições financeiras internacionais até à do Conselho de Segurança da ONU, ou a luta contra as alterações climáticas, o desenvolvimento e o desenvolvimento da inteligência artificial.

Em negociação ao longo de vários meses estiveram também o “Pacto Digital Global” e a “Declaração sobre as Gerações

Futuras”, que foram anexados ao “Pacto para o Futuro”.

O “Pacto” e os seus anexos - Pacto Digital Global e Declaração para as Gerações Futuras - são não vinculativos, levantando a questão da sua implementação enquanto alguns dos princípios apresentados, como a protecção de civis em conflitos, são violados diariamente ao redor do mundo. **(Redacção)**

APESAR DO FENÓMENO EL NIÑO

HCB assegura atingir meta de produção energética

(Maputo) A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) assegura que vai atingir as metas de produção de energia previstas para este ano, apesar dos efeitos da seca severa influenciada pela ocorrência do fenómeno El Niño na África Austral.

“Apesar dos eventos extremos que se vive neste momento na bacia hidroeléctrica do Zambeze, a HCB, no seu ajuste cauteloso e criterioso, consegue produzir energia que já está prometida aos nossos clientes para o ano de 2024”, disse à comunicação social em Songo, na província de Tete, Nilton Trindade, administrador da HCB.

Em causa está a “contínua seca severa” que obrigou a empresa a adoptar “medidas de gestão cautelosas” na exploração, um problema influenciado pela ocorrência do fenómeno El Niño na África Austral.

“Nós programamos produzir cerca de 15 mil GWh e de acordo com as projecções que nós temos em relação a disponibilidade da água estamos em condições de atingir as metas. Tivemos um nível de produção acima do projectado durante o primeiro semestre e, portanto, isso compensa, de tal forma que ao final do ano estaremos com o nível de produção de energia

tal como planificado”, frisou Nilton Trindade.

A albufeira de Cahora Bassa é a quarta maior de África, com uma extensão máxima de 270 quilómetros em comprimento e 30 quilómetros entre margens, ocupando 2.700 quilómetros quadrados e uma profundidade média de 26 metros.

A empresa aponta que no final da primeira quinzena de Setembro a cota da albufeira da HCB estava fixada em 312,87 metros, correspondente a 44,1% da sua capacidade útil, “situação mais confortável comparativamente às barragens de montante, que se encontram com armazenamentos muito mais baixos, e a implementar um dos mais severos regimes de restrições na produção de energia, facto que afeta negativamente” a libertação de água para jusante.

“Elevadas probabilidades de chuvas normais com tendência para acima do normal sobre a Bacia do Zambeze, durante a estação chuvosa 2024/25, favorecida pelo fenómeno La Niña”, prevê “grandes possibilidades de recuperação razoável do armazenamento de Cahora Bassa durante o ano 2025, o que poderá permitir, gradualmente, o alcance de uma produção hi-

dro-energética satisfatória nos anos subsequentes”, indicou a empresa, em nota enviada na quinta-feira.

Em Agosto, noticiou-se que os lucros da HCB aumentaram 56,7% até junho, para 8.961 milhões de meticais, segundo a empresa, que já alertava para os baixos níveis de armazenamento.

No relatório com as demonstrações financeiras dos primeiros seis meses de 2024, a empresa anunciou que as vendas de electricidade, em quantidade, situaram-se 6,2% acima do registado no período homólogo de 2023 e 3,5% a mais face ao planeado para o semestre.

Decorrente do desempenho financeiro do primeiro semestre, “estima-se que os resultados líquidos até o fim do ano estejam ao nível dos orçados, ou seja, 13.851,68 milhões de meticais”, lê-se ainda no relatório.

O Estado moçambicano detém 90% do capital social da HCB, desde a reversão para Moçambique, acordada com Portugal em 2007, enquanto a empresa portuguesa Redes Energéticas Nacionais (REN) tem uma quota de 7,5% e a Electricidade de Moçambique 2,5%. **(Redacção)**